

ETHOS E JORNALISMO OPINATIVO: IMAGENS DE (IM)PARCIALIDADE

*Patricia Ferreira Neves Ribeiro*¹¹

1. Palavras iniciais

**Ao *Jornal do Brasil*, parabéns pelos seus
113 anos de imparcialidade.**

(Ricardo Gaspar M. de Oliveira)

Esta frase, proferida por um leitor do *Jornal do Brasil*, de circulação impressa até o início do século XXI, demonstra o apego que se tem ao princípio da imparcialidade como garantia de um jornalismo de credibilidade. É critério válido para esquivar-se de um jornalismo que caia na “armadilha” de sacrificar a verdade ou a justiça a considerações particulares. Trata-se de conceito importante para evitar justificativas que aceitem qualquer manipulação dos fatos pelo jornalista a seu bel-prazer.

Esse critério, todavia, não pode ser tomado pelo “mito” da isenção e da neutralidade que costuma circular sobre o discurso jornalístico e não pode impedir que a leitura das entrelinhas de um texto revele a inerente subjetividade na apreensão da notícia, isto é, da inevitável parcialidade alinhavada, discursivamente, nas páginas diárias dos jornais. Parcialidade que se

¹¹ Universidade Federal Fluminense (UFF). patleitura@gmail.com

instaura no sentido de se elaborar um julgamento (explícito ou implícito) com paixão, com interferência, com sentido de autoria e de tomada de posição por parte do jornalista.

Interessados em apurar esse jogo entre a objetividade/imparcialidade e a subjetividade/parcialidade que se instala no interior do domínio jornalístico, propomo-nos analisar a construção do *ethos* num dos gêneros textuais constitutivos do jornalismo: o colunismo político.

O *ethos* integra, ao lado do *logos* e do *pathos*, a trilogia aristotélica dos meios de prova em uma argumentação. Se o *logos* concerne ao conteúdo em si dos argumentos e o *pathos* diz respeito aos atributos do público-alvo, o *ethos* constitui os atributos do orador. Não os traços reais do caráter do enunciador, mas o que deixam emergir pelo discurso. Em outros termos, o *ethos* é a propriedade que o orador se confere por meio de sua maneira de dizer, de seu modo de expressão. O *ethos* é, enfim, uma “imagem de si” que o locutor projeta (de si mesmo) através do discurso.

Especificamente, consideramos, neste artigo, a focalização do *ethos* projetado por um dos baluartes do colunismo político nacional: o articulista Villas-Bôas Corrêa.

Elegemos examinar o *ethos* do sujeito enunciatador Villas-Bôas Corrêa em virtude de o tema da imparcialidade, no discurso jornalístico opinativo, ser ainda um campo em aberto como comprova a discussão travada entre Villas-Bôas, ícone do colunismo político, e outro jornalista de renome, Milton Temer. O primeiro defendendo-se de acusação pronunciada pelo segundo mostra-se guardião da imparcialidade, conforme a seguinte transcrição:

na minha seara é nítida a linha que separa o militante do jornalista. A minha geração, a de Castellinho, e de Heráclio Salles, conquistou o seu espaço nos jornais abrindo a vereda da imparcialidade, com o reconhecimento dos diretores e editores da diferença entre a *linha opinativa dos editoriais* e o noticiário objetivo

dos fatos e a sua análise isenta, imparcial. E não posso, não de-
vo, não quero mudar. (Villas-Bôas Corrêa. Não é nada disso,
Temer. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 nov. 2002, p. A10).

Em decorrência das questões suscitadas em torno do caminho da objetividade e da trilha da subjetividade, no âmbito do colonismo político, decidimos decifrar a constituição da tal imagem imparcial defendida pelo sujeito real Villas-Bôas Corrêa. Fazemos isso a partir da análise do *ethos* que, como sujeito “de papel”, o referido jornalista constitui para si mesmo.

Além disso, decidimos focalizar essa “imagem de si” (*ethos*) projetada pelo enunciador, relacionando-a à funcionalidade da argumentação estudada em face do contrato de comunicação jornalístico.

Não seria possível, neste caso, negligenciarmos as condições impostas pelo contrato de comunicação midiático ao “fazer” do enunciador e, por consequência, à sua identidade. Tais condições correspondem, segundo Charaudeau (2006b, p. 86), a duas finalidades ou exigências que estão, no contrato, inscritas: a da credibilidade e a da dramatização.

De um lado, por apelo à credibilidade, instaurada dentro de uma lógica cívica, cabe ao jornalista oferecer ao leitor um saber calcado na exatidão dos fatos, rendendo-se a um discurso de distanciamento e de seriedade. De outro lado, por imposição do objetivo da dramatização, estabelecido dentro de uma lógica de sedução, ao jornalista estaria reservado o papel de captar o maior número de leitores, oferecendo-lhe um ideal de novidade e de inusitado, com vistas a mobilizar sua afetividade, e estabelecer para si um discurso de engajamento.

Além disso, seguindo esse fio de raciocínio, também não poderíamos nos furtar de considerar, num trabalho que se centra sobre o texto predominantemente argumentativo, a importante constatação da análise da argumentação no discurso, qual seja a de que há uma associação íntima entre racionalida-

des e emoção. O referido programa sugere a exclusão de um dizer visto como uma operação puramente intelectual, destituída de qualquer palavra para exprimir emoção. Nesse sentido, a argumentação é sempre situada e vivida por sujeitos portadores de emoção, que deixam marcas no enunciado (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 57).

Dentre os mais variados procedimentos linguísticos por meio dos quais o sujeito enunciador pode imprimir suas marcas no enunciado, elegemos um instigante e recorrente *fenômeno* do discurso do articulista em foco: a reenunciação proverbial.

Desse modo, estabelecemos como proposta para esta pesquisa analisar provérbios que são recriados em textos argumentativos assinados pelo repórter político Villas-Bôas Corrêa. Nosso intuito é o de flagrar o *ethos*, a partir daí constituído, no escopo do contrato de comunicação midiática.

2. Pressupostos teórico-metodológicos

A partir da proposta enunciada, analisamos dois artigos de autoria do colunista político Villas Bôas-Corrêa, escritos para o *Jornal do Brasil*: “Branco da discórdia” e “Lula identifica o inimigo”, dos quais extraímos expressões proverbiais recriadas.

Mais especificamente, o uso discursivo dos provérbios recriados, no interior dos artigos supracitados, é analisado consoante o arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso de orientação semiolinguística de Patrick Charau-deau, no escopo das noções de contrato comunicativo midiático (2006a, 2006b), de modos de organização do discurso (2006a) e de *ethos* (2006a).

À luz da primeira noção, veremos o *ethos* constituído em resposta ao paradoxal contrato de informação midiática por

meio do qual são moldados os artigos analisados, voltados que estão para a dupla finalidade de informação (credibilidade) e de captação (dramatização).

No escopo do contrato de comunicação midiática, o artigo opinativo, como um dos gêneros do domínio da imprensa, sustenta-se sob uma dupla finalidade: a visada de informação e a visada de captação. A partir dessas finalidades, ao jornal impõem-se dois desafios, respectivamente: o da credibilidade e o da dramatização.

Dentro de uma lógica cívica, cabe ao jornal dar ao leitor uma informação sobre o que aconteceu ou está acontecendo no mundo da vida social, por meio da reportagem de fatos do mundo e da explicação acerca das causas e consequências sobre o surgimento desses fatos. Segundo a visada de informação, a imprensa se vê desafiada a angariar credibilidades, porque baseia sua legitimidade não na verdade em si, mas “no fazer crer que o que é dito é verdadeiro” (CHARAUDEAU, 2006b, p. 90). Assim, faz prevalecer um saber calcado na exatidão de provas que comprovam a veracidade dos fatos.

Por sua vez, quando inserido em uma lógica comercial, o jornal se vê intimidado a captar o maior número possível de consumidor das notícias face à concorrência. Assim, diante dessa visada de captação, a imprensa se vê obrigada a despertar o interesse do público-leitor pela informação que lhe é transmitida, lançando para tanto efeitos de dramatização sobre ela. Desse modo, faz predominar um saber que mobiliza afetividades justamente por incorporar um ideal de novidade, instaurador do diferente e/ou inusitado.

Quanto à teoria dos modos de organização do discurso, vale dizer que ela será utilizada para, em dimensão macroestrutural, reconhecermos as etapas de organização dos artigos, predominantemente argumentativos, de Villas-Bôas Corrêa.

Além disso, objetivamos constatar, no que diz respeito ao modo enunciativo – aquele que trata da maneira como o enunciador projeta-se no enunciado – que o repórter político, ao construir seus textos, assume a posição de sujeito enunciativo, isto é, do “ser de papel” que deixa marcas no tecido discursivo. Essas marcas produzem significações que dependem não só do componente linguístico, mas também do situacional.

Aliás, Charaudeau (2006a) elenca, a esse respeito, procedimentos enunciativos que contribuem para a criação do *ethos*. Cita três: os de enunciação elocutiva, alocutiva e delocutiva. Usando meios de enunciação elocutiva, o sujeito discursivo revela-se no interior da cena comunicativa, mostrando seu ponto de vista pessoal. Pelos procedimentos alocutivos, o enunciador põe em cena o interlocutor. A enunciação delocutiva é expressa por meio de procedimentos que sugerem um apagamento dos interlocutores no ato de linguagem.

Quanto à noção de *ethos*, vale destacar que ele não se constrói naquilo que o orador transmite, mas na imagem que o locutor elabora de si, isto é, no modo como se mostra ao outro. E é essa maneira de dizer, não totalmente voluntária e tampouco necessariamente coincidente com o que o destinatário percebe, que produz certos efeitos de sentido no enunciado. Precisamente, o *ethos* tem uma materialidade linguística, já que se concretiza em marcas da enunciação. Para identificá-lo, portanto, cumpre analisarmos essas marcas na teia discursiva.

Para a análise mais específica desses procedimentos enunciativos nos provérbios reenunciados, recorreremos também a Koch (2006), que vai mostrar o movimento intertextual inerente à recriação proverbial, em que uma voz derivada imita, deliberadamente, uma voz matriz para captá-la ou subvertê-la.

Gréssilon e Maingueneau (1984) atestam que esses dois processos – o de captação e o de subversão – são um *détour-*

nement (desvio), sendo o primeiro introduzido com vistas a que se siga a orientação argumentativa da versão original, numa espécie de intertextualidade das semelhanças (por paráfrase), e o segundo como reorientação da versão original, numa espécie de intertextualidade das diferenças (por paródia).

Metodologicamente, examinamos o funcionamento da reenunciação proverbial em Villas-Bôas Corrêa, sob uma Linguística da Enunciação (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980) em duplo recorte: o da “enunciação ampliada” (condições extradiscursivas) e o da “enunciação restrita” (condições intradiscursivas).

Em termos de enunciação ampliada e restrita, cabe-nos inventariar, pela investigação aos modos de expressão supracitados, as escolhas linguísticas efetuadas pelo enunciador relativamente à reenunciação proverbial. Nosso intuito é verificar se a imagem (*ethos*) de parcialidade do sujeito está inscrita na linguagem, até mesmo na jornalística, que tende à imparcialidade, segundo os principais manuais de jornalismo publicados no país. Em outros termos, queremos verificar se o *status* institucional do escritor Villas-Bôas Corrêa, como ser do mundo, e a construção verbal desse mesmo enunciador, como ser do discurso (*ethos*), se recobrem ou se distanciam.

Queremos ainda explorar essas duas grandes categorias de *ethos* atrelando-as, respectivamente, a duas específicas ramificações, propostas por Patrick Charaudeau (2006a), a saber: os *ethé* da credibilidade, fundados em um discurso da razão, e os *ethé* da identificação, fundados em um discurso do afeto.

3. *Análise de dados*

Do artigo “Branco da discórdia”, extraímos uma reenunciação por substituição, a saber: “*Aliança* em que falta vo-

to, todos *berram* e todos *têm razão*”, relativa ao provérbio original “Em casa onde não há pão, todo mundo grita sem razão.”

Em termos de enunciação ampliada, destacamos que o propósito desse artigo é o de discutir as fragilidades do PT durante a campanha presidencial de 1998 e suas consequências para as eleições daquele ano. Dessa discussão, extrai-se a *tese* de que o PT está em desordem, isto é, de que a frente oposicionista mostra-se irracional nas suas atitudes para ascender à presidência. Essa *tese* calca-se objetiva e diretamente no episódio “da troca do vermelho de 20 anos da tradição petista pelo branco da rendição”. Nessa direção, instaura-se o efeito de sentido da neutralidade, típico da linguagem jornalística, e um *ethos* imparcial depreendido das informações críveis apresentadas acerca da postura do PT naquela campanha de 98.

Entretanto, no bojo da argumentação, o texto é perpassado por uma construção alçada também à condição de tese, que, indiretamente, associa o PT à desordem anunciada. Trata-se, justamente, de um provérbio recriado: “*Aliança* em que falta *voto*, todos *berram* e todos *têm razão*”.

No âmbito da enunciação restrita, o provérbio original submete-se a várias alterações linguísticas num processo de retextualização. Nesse caso específico, ocorre a subversão por apelo à substituição dos itens lexicais. A nova versão é obtida por meio da troca do termo “casa” pelo termo “aliança”, “pão” por “voto”, “grita” por “berram” e “sem” (ter) por “têm”. São substituições de ordem lexical que alteram o campo semântico da construção original – do doméstico (negativo: “ninguém tem razão”) para o político (afirmativo: “todos têm razão”). Desloca-se assim a visão consensual para olhar inédito sobre o fato relatado, instaurando-se a paródia.

Nesse jogo polifônico, inerente à paródia proverbial, o ajuste da voz coletiva ao que o sujeito argumentador tem a dizer dá-se no momento em que o conceito de desentendimento

oriundo da miséria, difundido pelo provérbio-fonte, é deslocado para o debate acerca de um fato político específico. Tal fato pode ser colocado nos seguintes termos: a desordem na casa do PT, geradora de uma linha de campanha incoerente com alianças espúrias, resulta em perdas de voto.

Os termos “aliança” e “voto”, ao substituírem “casa” e “pão”, instauram o dito em universo distante do doméstico, o da notícia debatida: a desordem no PT. Além disso, o sujeito discursivo deixa marcas de sua autoria ativa e criativa ao propor uma curiosa inversão lexical no final do provérbio-derivado (“todos têm razão”). Essa oposição rompe com a ideia que o leitor tem na memória (“sem razão”), o que acaba surpreendendo-o. Esse efeito surpresa captura a atenção do leitor e o encaminha à leitura do texto. O “novo” sentido (oposto) introduz o leitor no universo da notícia debatida que, de certo modo, contesta a verdade absoluta do provérbio.

Se, no plano doméstico, proposto pela sabedoria universal, a discussão irracional está desautorizada pela voz proverbial, haja vista não reverter o quadro de miséria instalado em casa de família, no campo político ao qual se aplica este provérbio, autoriza-se a discussão em prol de um acordo que organize a casa do PT, ou não, já que cada um tem também a sua razão, numa espécie de voluntarismo pretensioso.

Por meio da reenunciação proverbial examinada, estabelece-se, portanto, uma clara proposta de reconfiguração da realidade. Nesse sentido, apreendemos a finalidade argumentativa do enunciador, qual seja a de recriar o estereótipo em torno do pensamento político, afastando-se do clichê e encerrando o discurso paródico. Em consequência, delineia-se um *ethos* traçador das impressões do sujeito discursivo, isto é, parcial correspondente, sem sacrifício, é claro, da justiça e da verdade, mas mobilizador de afetividades.

Além disso, a paródia proverbial, como veículo dessa parcialidade, é usada como mecanismo estruturador da argumentação examinada. A reenunciação proverbial prova ser passível de contrair para si diferentes efeitos argumentativos. Na coluna política focalizada, a paródia proverbial figura como proposição, ponto de vista do enunciador em relação a uma asserção sobre o mundo, caso do exemplo analisado; como argumento, meio de sustentação da proposição; e como conclusão, o resultado da exposição.

Essa incorporação da paródia proverbial à macroestrutura textual revela o ajuste da parcialidade ao tecido argumentativo, inserida que está na configuração argumentativa do comentário jornalístico de Villas-Bôas Corrêa. Daí a operacionalidade desse *ethos* de não isenção dentro da argumentação estudada.

Prevedo ainda que o objeto discursivo seja construído na intersubjetividade das negociações, buscamos confirmar estar o sujeito discursivo Villas-Bôas Corrêa inscrito no texto.

No produtivo ato de desfazer provérbios, como o que ocorre entre “Quem tem um amigo como esse não precisa de inimigo” e “Quem tem um aliado como o MST não precisa de adversário” – fragmento extraído do artigo “Lula identifica o inimigo” – existe toda uma instabilidade para a criação do objeto discursivo (de amigo a aliado, de esse a MST, de inimigo a adversário) e para a consequente identificação da “voz pessoal” do sujeito enunciador. Essa “voz” é identificada através da intenção de se promover um novo processo argumentativo ao marcar o deslize entre uma categorização e outra.

A lição proposta pelo provérbio é orientada, através da reenunciação, para um debate mais atual e local. Em termos de enunciação ampliada, vale dizer, a respeito do artigo em tela, que, em uma das campanhas presidenciais do PT, as relações políticas entre petistas e aliados justificaram-se pelo fato de,

sendo cúmplices, defenderem a mesma causa, indicada no interior do texto: “a reforma agrária”. O PT, na ocasião, uniu-se a aliado de peso. Esse aliado, codificado sob a sigla “MST”, espantaria, entretanto, eleitores, tornando-se, contraditoriamente, adversário, desfavorável ao intento petista de ascender à presidência.

O discurso, neste caso, não se atém à representação das “coisas”, mas constantemente problematiza tal representação por meio de estratégias linguísticas, das quais o enunciador lança mão na relação com a sua própria palavra, durante o percurso de categorização que o identifica. Os novos termos da versão derivada reorientam, em dimensão paródica (intertextualidade das diferenças), a mensagem original.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o enunciador reinventa – por paródia – esse saber tradicional, exibindo sua saturação, submete-se a ele, em um movimento bifurcado de atração e de repulsa. Sugerindo que os provérbios dão o tom ao seu discurso, o enunciador os mobiliza sob as medidas da paráfrase. Há a produção de estabilidades que promovem efeitos de sentido de objetividade. Diante desses efeitos funda-se a voz estratégica da imparcialidade. A fim de o sujeito discursivo não explicitar seu engajamento, trata de apresentar a informação como evidente, isto é, dependente de um sujeito de “saber onisciente”.

A informação é citada sob uma fórmula convencional, como Quem X, Y: “Quem tem um aliado como o MST, não necessita de adversário”. Outra fórmula – Onde X, Y – é também identificada na primeira reenunciação examinada: “*Aliança em que falta voto, todos berram e todos têm razão*”. Esses modelos formais padrão são tomados como hospedeiros das novas expressões postas em uso.

Pela captação aos referidos modelos – já instaurados na memória discursiva do falante – os textos originais parecem

deglutir os textos derivados. O enunciador, em consequência, instaura para si uma máscara que o identifica à voz alheia atrás de si. Nesse sentido, o enunciador estabelece para ele mesmo um *ethos* de objetividade, uma vez que expõe o dito como se nenhum sujeito estivesse implicado.

Quanto ao conteúdo, por sua vez, o efeito de estabilidade aparece, por exemplo, na aproximação do campo semântico do dito original ao do reformulado. Isso se dá por uma manobra lexical que resguarda a orientação argumentativa do provérbio convencional. Esse caso ocorre, por exemplo, na reenumeração já analisada: “Aliança (casa) em que falta voto (pão), todos berram e todos têm razão”.

Examinando o espaço enunciativo instaurado por essa reelaboração proverbial quando incorporada à argumentação, vemos que há uma aproximação da voz do sujeito parodiador à *vox populi*. Ao ocuparem justamente o espaço da “casa” e do “pão”, os termos “aliança” e “voto” se revestem desses sentidos. Assim como o “pão” é vital à sobrevivência física e emocional da “casa”, o “voto” é imprescindível à vitória do partido/aliança político.

Nessa direção, percebemos que o deslocamento da versão proverbial inédita, relativamente à original, passa a ser mínimo, o que caracteriza o discurso parafrástico.

Do mesmo modo, corrobora esse aspecto a apresentação da reenumeração em tela por intermédio de expressão metalinguística introdutória, caso exemplificado por “velha e sábia sentença”, conforme se transcreve do texto:

... Lula deve tomar providências radicais e imediatas... acabando com a balbúrdia insensata que enquadrou sua campanha *na velha e sábia sentença*: aliança em que falta voto, todos berram e todos têm razão.

Ao caracterizar a origem de sua enunciação, o articulista denota estar ciente de que evoca um saber partilhado pelo lei-

tor. Além disso, assegura que ele identificará o provérbio original. Assim, aparenta querer apagar a sua própria voz, exaltando uma característica peculiar aos provérbios, a impessoalidade. Seria como se a reenunciação proverbial recaísse sobre a coletividade e o argumentador fosse mero espectador das transformações impostas à tradição, distanciando-se da própria autoria da nova versão proverbial. Essa teria uma existência própria e independente do sujeito-enunciador.

Da expressão metalinguística introdutória “velha e sábia sentença”, depreendemos indícios que fortalecem a ideia de que há outra voz, anônima e coletiva, que não a do enunciador, a assumir o dizer.

O qualificador “velha”, por exemplo, valida o provérbio e sua reenunciação no quadro de uma sabedoria tradicional, identificando-o, pois, a um grupo social fixado em um tempo passado. O adjetivo “sábia”, por sua vez, reconhece ter a reenunciação proverbial e o próprio dito um poder persuasivo que assegura o cumprimento de normas e a concordância em torno de valores sociais. Essa força prescritiva do provérbio é oriunda, justamente, da autoridade de uma voz genérica e, por suposição, consensual.

Assim, o desvio paródico surpreendido no discurso de Villas-Bôas Corrêa cai num desvio mínimo, isto é, na paráfrase, e pode afastar o sentido de autoria.

Segundo Charaudeau (2006a), a variabilidade das máscaras é possível em consonância com a mudança de situação de troca, que está submetida às restrições do contrato comunicativo. Ao trocarmos uma máscara pela outra, alteramos nossa imagem diante do outro. Isso porque “a máscara é o que constitui nossa identidade em relação ao outro” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 8). Naquilo que se diz, há sempre um dito e um não dito que também se diz.

É válido, assim, ressaltar que a palavra pronunciada por Villas-Bôas Corrêa, tomada pelo dito e pelo não dito, encerra, a partir do que depreendemos pela investigação aos procedimentos discursivos empregados de maneira mais ou menos consciente pelo articulista, um *ethos* em dupla face. Por trás da máscara da neutralidade (do dito), há a máscara da parcialidade (não dito) que, entretanto, também se diz através de meios discursivos implícitos, tais quais descortinamos nas análises elaboradas. Os outros meios, conforme aquilo que atestamos, apresentam-se explícitos na constituição da neutralidade.

Esse jogo de mascaramento da parcialidade pela neutralidade corresponde exatamente ao que propõe o contrato midiático idealizado. Inscrito no domínio das representações sociais, esse contrato legitima-se por estar preso à “visada da informação” – que pressupõe mobilizar procedimentos para a instauração de um discurso de distanciamento – e não à “visada da captação” – que se ampara em meios discursivos para a garantia de um discurso de engajamento moral (CHARAUDEAU, 2006a).

Reafirmamos que são esses procedimentos/meios discursivos, resultantes de uma intenção e de um cálculo – nem sempre voluntários – da parte do sujeito enunciador, que ajudam a encenar o *ethos*. De acordo com Charaudeau (2006a, p.167), o sujeito falante emprega tais procedimentos “de maneira mais ou menos consciente e são mais ou menos percebidos e reconstruídos pelo interlocutor e pelo público”.

Como já salientamos ao longo de nossa análise, colocamos em evidência modos de expressão que produziram efeitos de *ethos* em dupla dimensão: o da parcialidade e o da imparcialidade. A fim de aplicar a terminologia usada por Charaudeau (2006a) para a fabricação do *ethos* correspondente à imagem de um enunciador parcial, foi necessário acionar modalidades de enunciação “elocutiva”. Os meios de enunciação elocutiva “revelam a implicação do orador e descrevem seu

ponto de vista pessoal” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 174). Por sua vez, para a produção do *ethos* referente à figura imparcial do enunciador, fez-se imperativo colocar em cena modalidades de enunciação “delocutiva”. Os modos de expressão “delocutiva” “apagam todo traço dos interlocutores, para se apresentar sob a forma impessoal” (CHARAUDEAU, 2006a, p.179).

Examinando, no âmbito do discurso argumentativo de Villas-Bôas Corrêa, o instigante e recorrente fenômeno da re-enunciação proverbial, pudemos atestar que a enunciação “delocutiva” foi expressa, explicitamente, pela preservação das sintéticas fórmulas convencionais; pela citação a expressões metalinguísticas introdutórias; pela aproximação do campo semântico da tradição ao da atualidade da notícia comentada; e por sua atuação prescritiva. Esses aspectos representam diferentes processos de estabilização dos quais emerge o discurso estratégico da objetividade e animam, sem dúvida, a formatação do discurso parafrástico.

Esses traços se prestaram, dessa forma, a apresentar o dito como se ele não fosse, de fato, da alçada do enunciador, dependente apenas da opinião de uma voz terceira, dada por uma verdade já estabelecida. Essa enunciação “delocutiva” permitiu-nos paramentar o enunciador como um analista “soberano”, portador da verdade absoluta e suscetível de construir a figura do sujeito imparcial.

Ocorre, entretanto, que, desse mesmo exame às re-enunciações produzidas por Villas-Bôas Corrêa, descortinamos procedimentos linguísticos por meio dos quais o enunciador mostrou-se encarar de modo diferente aquilo que considerou como as meias-verdades da tradição. Sendo assim, apesar da tendência à isenção e à impessoalidade, instaurada pelas marcas da enunciação delocutiva, verificamos que, de fato, a perspectiva do eu-enunciador emerge.

Nesse caso, então, no escopo da enunciação elocutiva, flagramos procedimentos para a sua expressão, tais como: apelo a operações de retextualização para a subversão do dizer tradicional, deslocando-o de seu contexto original e distanciando-o da visão consensual; emprego das reenunciações como categorias argumentativas, funcionando como recurso de argumentação indireta; obsessiva relação com o já-dito, espeelhando sua saturação; problematização das representações para marcar o deslize entre uma categorização e outra e, em consequência, a imagem do produtor do texto. Esses mecanismos destacados constituem o quadro de instabilidade do qual emerge o discurso da subjetividade e animam, nesse caso, a formatação do discurso paródico.

Disso resulta que, por meio da reorientação paródica do conceito consensual, o enunciado passa a constituir-se segundo a imagem de um sujeito parcial. Como resultado da aplicação desse processo, que, aliás, não se trata de um adorno, mas de princípio mesmo estruturante dos textos avaliados, constrói-se a figura de um enunciador que não é mais soberano do seu dizer. Escapa-lhe a pretensão de construir para si mesmo a imagem exclusiva do sujeito neutro e imparcial. Mesmo porque essa pretensão é a do indivíduo real, capturado independentemente de sua atividade oratória, e não a do sujeito enunciador, cujo “*ethos* está ligado ao exercício da palavra, ao papel a que corresponde seu discurso” (MAINGUENEAU, 1996, p. 138).

Assim o que Villas-Bôas Corrêa é – jornalista imparcial – fica ocultado pelo que ele diz, como sujeito enunciador, ainda que involuntária e implicitamente. Variados meios linguísticos foram examinados, em recorte macro e microestrutural, para concluirmos que Villas-Bôas Corrêa apresenta o dito colocando-se em cena, apesar de sua própria recusa. O *ethos* daí constituído é o da parcialidade.

4. Considerações finais

Ainda que esta pesquisa relativa ao *ethos* do sujeito-enunciador Villas-Bôas Corrêa não tenha esgotado todos os mecanismos existentes para a sua apreensão, centralizando a análise na reenunciação proverbial, foi possível constatar que o eu-enunciador, dotado de mobilidade, projeta para si, contraditoriamente, o duplo *ethos* do neutro estratégico e do parcial. São duas faces do *ethos* que constituem dois elementos essenciais da argumentação inscritos no contrato de comunicação jornalístico: a razão (credibilidade) e a emoção (dramatização).

Reafirmamos, assim, à luz das considerações acerca do contrato da informação e, a partir do que depreendemos das análises realizadas, a constituição do sujeito Villas-Bôas Corrêa nem totalmente autônomo nem completamente neutro em relação aos seus discursos e seus sentidos. Move-se, na verdade, entre a autonomia em relação ao convencionalmente partilhado, conforme as marcas da enunciação “elocutiva” nos deixam entrever, e a submissão ao discurso do outro, de acordo com o que vislumbramos pelos indícios da enunciação “delocutiva”. Ambos os movimentos coadunam-se ao jogo proposto pelo contrato comunicativo das mídias: navegar entre o polo da dramatização/captação e o da credibilidade/informação.

Chegamos assim ao enunciador Villas-Bôas Corrêa como sendo o tal sujeito ativo e criativo, sugerido por Sírío Possenti (1996), dotado de competência discursiva, conforme postulação de Maingueneau (1997). Competência que o faz suscetível de construir para si a figura da “austeridade racionalizante” e, paralelamente, a da “imaginação dramatizante” (CHAUDEAU, 2006b, p. 93) com vistas tanto a parecer crível ao público, quanto a tocá-lo, num jogo entre o que o impressiona e o que o emociona. Enfim, poderíamos afirmar que, de fato, Villas-Bôas Corrêa desenvolve sua imagem identitária sob duas grandes categorias de *ethos*: o da credibilidade, fundado em

um discurso da razão, e o da identificação, fundado em um discurso do afeto.

Enfim, sob o domínio do *ethos*, entramos no jogo enunciativo proposto por Villas-Bôas Corrêa com o intuito de decifrá-lo. Em campo, levantamos a ponta do véu e encontramos as máscaras da neutralidade tática e da parcialidade que o representaram. As saborosas recriações proverbiais, dentre as quais poderíamos citar ainda: “Uma mão suja ajuda a emporcalhar a outra”, “Depois da bonança, mais quatro anos de castigo” e “Vaiar e coçar é só começar” nos permitiram surpreender, mesmo num escritor fortemente empenhado na análise isenta dos fatos, a oscilação entre parcialidades e imparcialidades, entre a razão e a emoção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSCOMBRE, J.C. La parole proverbiale. *Langages*, Paris, n. 139, set.2000.

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s/d.].

CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006a.

_____. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006b.

_____; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

GRÉSILLON, A.; MAINGUENEAU, D. Polyphonie, proverbe et détournement. *Langages*, Paris, n. 73, mar.1984, p. 112-125, 1984.

KOCH, I. G. V. *Introdução à lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, 1980.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Dicionário brasileiro de provérbios, locuções e ditos curiosos*. Rio de Janeiro: Documentário, 1974.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. São Paulo: Pontes/UNICAMP, 1997.

_____. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NEVES, P. F. *Estratégias de persuasão e de sedução na mídia impressa: o modo argumentativo de organização do discurso de Villas-Bôas Corrêa*. 2000. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, UFRJ. Rio de Janeiro.

PAULIUKONIS, M. A.; GAVAZZI, S. (Orgs.). *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

POSSENTI, Sírio. O sujeito fora de arquivo. In: MAGALHÃES, Maria Isabel Santos (Org.). *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: UnB, p. 37-47, 1996.

SANT'ANNA, A. R. *Paródia, paráfrase e cia*. São Paulo: Ática, 1995.